

“Não temos visto um plano estratégico integrado de médio e longo prazo” nas cidades portuguesas

3 de Janeiro, 2024

De Norte a Sul e ilhas, a SMART VISION conta uma experiência de mais de 20 anos a liderar na área de assessoria e auditoria estratégica no setor público local e regional. Com mais de 1.100 projetos implementados e mais de 260 clientes, a empresa assegura equipas multidisciplinares capazes de dar resposta à elevada complexidade organizativa e de coordenação para atingir os objetivos e resultados propostos. À Ambiente Magazine, **Sérgio Chéu, diretor-geral da SMART VISION**, fala-nos do compromisso da empresa sobre a dupla transição verde e digital, inteligência e desenvolvimento sustentável.

O que é a SMART VISION?

A SMART VISION é uma empresa de assessoria e auditoria estratégica vocacionada em exclusivo para o setor público local e regional. Embora tenhamos skills holísticas em todas as áreas organizacionais e operacionais,



as questões estratégicas têm tido, nos dias de hoje, uma importância crescente que nos impeliu à criação interna de um departamento de gestão estratégica e de apoio à decisão, com um elevado nível de especialização nestas componentes para responder àquilo que são e serão estas temáticas de dupla transição verde e digital e da definição e implementação de planos estratégicos.

O que são “smart cities” para a SMART VISION?

A observação que temos sobre o percurso que as nossas cidades têm feito no âmbito das smart cities, tem sido uma visão desgarrada de micro projetos e micro entendimentos sobre aquilo que é o conceito global. Observamos a implementação de alguns projetos isolados de aplicação de inteligência, mas não temos visto, como regra, planos integrados de médio e longo prazo. Temos observado implementações de aplicação de tecnologia nos territórios de um modo não integrado, sem a visão holística que o conceito de smart cities deve conter. A nossa visão tenta estruturar essas visões, até para uma eficiente preparação e utilização dos financiamentos comunitários que acomodam estes

investimentos.

O que implica a dupla transição verde e digital? E que projetos têm desenvolvido?

O processo de transição digital ou de aplicação de inteligência nas cidades é algo que deve servir o propósito do desenvolvimento sustentável dos territórios. A SMART VISION tem desenvolvido projetos de definição estratégica desta dupla transição verde e digital, constituindo-se como elemento fundamental da definição das políticas públicas locais nestes domínios. Procuramos definir essas visões nos vários planos temporais, de curto, médio e longo prazos, concretizar ações de forma sistematizada e personalizada, versando todas as dimensões: temporal, financeira, de alocação de recursos, ecossistema de parcerias e de exequibilidade. A essa definição teórica acrescentamos planos táticos, onde transitamos do plano conceptual para o plano operacional; este é um ponto central para nós, os planos não serem de “gaveta”.

Que exemplos podem ser partilhados?

Temos aplicado estes planos estratégico em geografias com abordagens e desafios muito distintos, como Mangualde, distrito de Aveiro, Loulé ou Vilamoura. São territórios com oportunidades, desafios e estratégias distintas, mas que, têm em comum a visão de planear áreas absolutamente centrais para a próxima década.

Como está Portugal ao nível da dupla transição verde e digital?

O nosso país está a dar os primeiros passos nestas matérias e parece haver uma certa dissociação dos temas; ora se fala de sustentabilidade, ora se fala de inteligência aplicada aos territórios, ora se fala de desenvolvimento. Para nós só faz sentido pensar e agir sobre os conceitos em conjunto; se por um lado só concebemos o desenvolvimento se tiver como alicerce a sustentabilidade sob todas as suas perspetivas plasmadas nos ODS, por outro falar em inteligência só faz sentido sempre e quando esta sirva direta e imediatamente o propósito do desenvolvimento sustentável, como que a força motriz desse desenvolvimento. Por isso, insistimos muito na planificação estratégica destas matérias, para que se aclarem conceitos e se defina um roadmap que faça sentido para os territórios e que as temáticas “falem entre si”.

Que oportunidade Portugal deve agarrar?

Temos ao nosso dispor para a próxima década uma “mochila financeira” comunitária como nunca tivemos. É um comboio que, se crê, não vai voltar a passar. Se não definirmos hoje, aqui e agora esse caminho de médio e longo prazos sobre estas matérias, vamos perder esta janela temporal e financeira para colocarmos os nossos territórios e as nossas populações em linha com os demais territórios comunitários e vamos, uma vez mais, executar ações e projetos sem uma linha condutora clara e sistematizada. Penso que definir o rumo, baixando da visão como país que está consagrada no PT2030 para uma visão de proximidade, é questão absolutamente central para o sucesso que

vamos obter nestes próximos 10 anos como país.

****Esta entrevista foi publicada na edição 102 da Ambiente Magazine. Fotos @Eduardo Pina.***